

ECOSSOCIALISMO CHINÊS: UTOPIA, ESTRATÉGIA OU NOVA HEGEMONIA?

CHINESE ECOSOCIALISM: UTOPIA, STRATEGY, OR NEW HEGEMONY?

LUIS OTÁVIO VILELA DA CRUZ

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)

Comunicação:

O XIII SINGEP foi realizado em conjunto com a 13th Conferência Internacional do CIK (CYRUS Institute of Knowledge), em formato híbrido, com sede presencial na UNINOVE - Universidade Nove de Julho, no Brasil.

ECOSSOCIALISMO CHINÊS: UTOPIA, ESTRATÉGIA OU NOVA HEGEMONIA?

Objetivo do estudo

Analisar criticamente as contradições do modelo chinês de transição ecológica, articulando categorias do ecossocialismo e a atuação estatal em meio às disputas globais por desenvolvimento sustentável.

Relevância/originalidade

Oferece uma leitura crítica sobre a China como experiência híbrida de capitalismo de Estado e ecossocialismo, ampliando o debate latino-americano sobre transições sustentáveis fora da lógica ocidental.

Metodologia/abordagem

Pesquisa qualitativa, exploratória e analítico-documental, com base em revisão bibliográfica, análise de políticas públicas e interpretação crítica de dados secundários e reportagens internacionais recentes.

Principais resultados

O estudo identifica avanços ecológicos significativos na China, mas também limites estruturais relacionados à dependência do carvão, impactos sociais da descarbonização e contradições entre metas climáticas e crescimento econômico.

Contribuições teóricas/metodológicas

Aproxima o ecossocialismo enquanto categoria de justiça ambiental das experiências práticas chinesas, propondo uma releitura das categorias de metabolismo social, ruptura ecológica e emancipação ambiental em contextos não eurocêtricos.

Contribuições sociais/para a gestão

Informa gestores e formuladores de políticas públicas sobre os riscos e potenciais de modelos de transição ecológica estatal, com base em indicadores reais e lições aplicáveis ao Sul Global.

Palavras-chave: Ecossocialismo, China, Justiça ambiental, Transição ecológica, Capitalismo de Estado

CHINESE ECOSOCIALISM: UTOPIA, STRATEGY, OR NEW HEGEMONY?

Study purpose

To critically analyze the contradictions of China's ecological transition model, articulating ecosocialist categories and state action amidst global disputes over sustainable development.

Relevance / originality

This study offers a critical perspective on China as a hybrid experience of state capitalism and ecosocialism, expanding Latin American debates on sustainable transitions beyond the Western paradigm.

Methodology / approach

Qualitative, exploratory, and documentary research based on bibliographic review, public policy analysis, and critical interpretation of secondary data and recent international reports.

Main results

The study identifies significant ecological advances in China, but also structural limitations related to coal dependency, the social impacts of decarbonization, and contradictions between climate goals and economic growth.

Theoretical / methodological contributions

It brings ecosocialism, as a category of environmental justice, closer to Chinese practical experiences, proposing a rereading of the categories of social metabolism, ecological rift, and environmental emancipation in non-Eurocentric contexts.

Social / management contributions

Provides decision-makers and public policy designers with insights into the risks and potentials of state-led ecological transition models, based on real indicators and lessons applicable to the Global South.

Keywords: Ecosocialism, China, Environmental justice, Ecological transition, State capitalism.

ECOSSOCIALISMO CHINÊS: UTOPIA, ESTRATÉGIA OU NOVA HEGEMONIA?

1 Introdução

A crise ambiental contemporânea intensificou o debate sobre os limites do capitalismo frente à sustentabilidade ecológica. Diante do colapso climático, surgem propostas que transcendem as soluções tecnocráticas e de mercado, entre elas o ecossocialismo, que articula justiça ambiental e emancipação da classe trabalhadora. A China, enquanto potência emergente e maior emissora global de gases de efeito estufa, tem adotado um discurso ambiental oficial baseado na ideia de “civilização ecológica” (生态文明) — conceito, inclusive, incluído na constituição do país em 2018 (China, 2018) — que se apresenta como alternativa ao modelo neoliberal de desenvolvimento sustentável (Lin, 2025).

Contudo, tal modelo carece de análise crítica sob a ótica da teoria marxista. Ao passo que o Partido Comunista Chinês promove políticas de energia limpa, como a expansão da energia solar e eólica, também mantém investimentos robustos em carvão e infraestrutura pesada. Essa contradição é visível, por exemplo, na construção de mais de 60 GW em novas usinas a carvão apenas em 2024 (Patel, 2025), mesmo com compromissos de neutralidade de carbono até 2060. O discurso ecossocialista estatal se distancia, portanto, das propostas de “ecossocialismo” de Michael Löwy (2021), que defendem uma ruptura radical com o metabolismo social do capital, apontando para um modelo baseado na autogestão democrática, redução das desigualdades e desmercantilização da natureza.

O presente trabalho busca investigar criticamente o discurso e as práticas da China em torno do ecossocialismo, com foco nas contradições entre desenvolvimento verde e emancipação da classe trabalhadora. Parte-se da perspectiva de que a “civilização ecológica” chinesa, embora inspirada em parte na tradição marxista, mantém uma forte lógica do capitalismo de Estado, caracterizado pela centralização do poder, repressão à organização operária e reprodução da divisão internacional do trabalho em moldes ecológicos. Para Löwy (2021), um ecossocialismo genuíno implica a superação da lógica produtivista e a construção de uma sociedade onde a sustentabilidade esteja indissociada da justiça social.

Nesse sentido, o tema desta pesquisa delimita-se à análise crítica do ecossocialismo chinês e sua relação com a emancipação da classe trabalhadora chinesa, considerando os aspectos ideológicos, econômicos e ambientais do projeto de “civilização ecológica”. O problema de pesquisa pode ser formulado da seguinte forma: até que ponto o modelo de ecossocialismo promovido pelo Estado chinês representa uma alternativa emancipadora à

classe trabalhadora ou constitui uma nova forma de hegemonia capitalista sob roupagem ecológica?

O objetivo geral da pesquisa é compreender os fundamentos e limites do ecossocialismo estatal chinês a partir da teoria crítica marxista. Como objetivos específicos, propõe-se: a) examinar as bases teóricas do ecossocialismo com base em Löwy (2021) e na tradição marxista; b) contextualizar a proposta chinesa de “civilização ecológica” dentro da manutenção de uma lógica do capitalismo de Estado; c) analisar as contradições entre política ambiental, desenvolvimento econômico e condições laborais; e d) refletir sobre a viabilidade de uma transição ecológica emancipadora a partir da experiência chinesa.

Para isso, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, conforme orientações metodológicas de Gil (2002), que destaca a importância da formulação clara do problema e da escolha teórica adequada. O método de levantamento e análise será norteado por critérios de relevância científica e crítica ideológica. Além disso, a análise bibliométrica sobre metodologias aplicadas à educação ambiental (Santos Júnior et al., 2020) e o modelo de pesquisa em administração proposto por Kruger (2023) auxiliam na estruturação técnica do estudo, promovendo rigor metodológico e clareza investigativa.

Portanto, ao discutir os limites e as potencialidades do ecossocialismo chinês sob um prisma crítico e anticapitalista, este artigo pretende contribuir para o debate acadêmico sobre alternativas sistêmicas à crise ambiental, articulando a luta ecológica com a emancipação social.

2. Referencial Teórico

2.1 Ecossocialismo e China: contradições entre discurso, práticas e hegemonia

O debate sobre o ecossocialismo tem adquirido centralidade no campo das ciências ambientais críticas, especialmente diante da escalada da crise ecológica global. A proposta ecossocialista, conforme delineada por Michael Löwy, pressupõe a ruptura com o metabolismo social do capital e a construção de uma nova racionalidade socioambiental baseada na autogestão democrática, na redução da jornada de trabalho, na desmercantilização da natureza e na superação do produtivismo (Löwy, 2014). O conceito, ainda que ancorado na tradição marxista, extrapola o socialismo de Estado tradicional, propondo uma transição ecológica radical e emancipatória. A formulação política do ecossocialismo internacional também encontra expressão no Manifesto Ecossocialista, que articula a crise ambiental com a crise do

capital globalizado e propõe a reorganização da sociedade em função da vida e não do lucro (Almeida, 2015).

Nesse cenário teórico, a China emerge como um caso paradigmático. Desde o início dos anos 2000, o país incorporou ao seu discurso oficial o conceito de “civilização ecológica” (生态文明), que se tornou um dos pilares retóricos da política ambiental estatal e foi incluído, inclusive, na constituição do país em 2018 (China, 2018). Essa concepção está associada à ideia de harmonização entre crescimento econômico e proteção ambiental, com forte inspiração confuciana e nacional-desenvolvimentista. No entanto, segundo análise de Lima, Albuquerque e Nascimento (2021), tal modelo mantém sua centralidade nas estruturas do capitalismo de Estado chinês, onde a prioridade ainda recai sobre metas de crescimento econômico e estabilidade social, frequentemente em detrimento da sustentabilidade ecológica profunda.

A contradição se evidencia na própria política energética chinesa. Por um lado, há investimentos massivos em fontes renováveis, como solar e eólica, e avanços relevantes na redução relativa de emissões em alguns setores. Por outro lado, o país registrou, em 2024, o maior volume de novas usinas termelétricas a carvão da última década, com mais de 94 GW de capacidade em construção (Patel, 2025). Essa dualidade compromete os compromissos internacionais assumidos pela China, como a neutralidade de carbono até 2060. Mesmo com quedas pontuais nas emissões de gases de efeito estufa em função da transição energética parcial (Lin, 2025), especialistas apontam que a persistência da matriz energética fóssil representa um entrave significativo à viabilidade ecológica do projeto chinês.

Esse dilema foi aprofundado por autores como Sternfeld e Waldersee (2006), que identificaram, já nas décadas anteriores, uma tendência da política ambiental chinesa em responder a crises mais do que as prevenir, convertendo desafios ambientais em oportunidades econômicas — o que revela uma lógica de mercado disfarçada sob o discurso da sustentabilidade. Em termos geopolíticos, a atuação da China na ordem ambiental internacional também é marcada por ambiguidade: embora o país seja altamente participativo em conferências climáticas e negociações multilaterais, como destacam Moreira e Ribeiro (2016), sua postura tem sido orientada por interesses domésticos estratégicos, subordinando a política ambiental ao imperativo do desenvolvimento nacional.

Do ponto de vista ecossocialista, tais contradições sinalizam que a “civilização ecológica” chinesa opera menos como um horizonte emancipador do que como um novo arranjo hegemônico capitalista com roupagem verde. Para Mello et al. (2019), a apropriação institucional de conceitos ecossocialistas sem ruptura com as estruturas do capital tende a

esvaziar seu potencial transformador, convertendo-os em instrumentos de legitimação do status quo. Essa crítica ganha densidade quando observamos os impactos socioambientais de políticas sustentáveis aplicadas na China. Por exemplo, Mian (2019) analisa os efeitos da produção agrícola sustentável na transformação das formas de vida camponesas, apontando que, embora promovam ganhos de eficiência e redução de resíduos, tais políticas frequentemente operam com lógicas de financeirização e controle externo da produção.

Além disso, Fernandes, Ribeiro e Cardoso (2024) destacam os danos ambientais decorrentes do crescimento industrial chinês, como a alta concentração de microplásticos nos solos e águas. Esses impactos revelam os limites das políticas ambientais centradas em indicadores e metas quantitativas, sem enfrentamento das causas estruturais da degradação ecológica. O que se observa, portanto, é uma política ambiental funcional ao modelo de acumulação vigente — não um projeto de reestruturação metabólica entre sociedade e natureza, como defendido por Löwy (2021).

É preciso ressaltar que o ecossocialismo não se restringe a um conjunto de políticas ambientais progressistas, mas sim a uma crítica sistêmica à forma capitalista de produção e à separação entre seres humanos e natureza. A perspectiva apresentada em Marx e ecossocialismo (Löwy, 2021) enfatiza a necessidade de superação dialética dessa cisão, com base na “negação da negação” — ou seja, uma nova relação entre humanidade e natureza baseada na cooperação, no planejamento democrático e na centralidade da reprodução da vida. Nesse sentido, a experiência chinesa, embora revestida de elementos do discurso marxista, parece se configurar mais como uma rearticulação estatal do capital em crise do que como uma transição ecossocialista genuína.

Portanto, a análise da China à luz da teoria ecossocialista permite não apenas identificar os limites e contradições de seu modelo de desenvolvimento verde, mas também refletir sobre os desafios de se articular justiça ambiental e emancipação social em contextos autoritários e tecnocráticos. A crítica marxista ecológica oferece, assim, ferramentas analíticas para desconstruir o “capitalismo verde” estatal e construir alternativas orientadas pela sustentabilidade substantiva, pela democracia popular e pela centralidade da vida.

2.2 Marxismo e Ecologia: Fontes Comuns de uma Grande Transição

A crítica marxista à forma capitalista de organização da produção e da vida social abriu espaço, especialmente nas últimas décadas, para uma interlocução profunda com os debates

ecológicos. Longe de representar uma perspectiva externa à tradição marxista, a ecologia crítica resgatou categorias fundantes do pensamento de Karl Marx e Engels para compreender a crise ambiental como expressão do modo de produção capitalista. Essa reaproximação se dá, sobretudo, por meio da noção de “metabolismo social”, recuperada e desenvolvida por John Bellamy Foster (2015), que confere centralidade à relação dialética entre sociedade e natureza na crítica ao capital.

A ideia de metabolismo social, inspirada na química agrícola de Justus von Liebig (1840), foi apropriada por Marx (1993; 2013) para expressar a interdependência material entre seres humanos e o ambiente natural. Essa relação, mediada pelo trabalho, é historicamente determinada e passível de ruptura sob determinadas formas de organização social. A ruptura metabólica (*metabolic rift*), conceito elaborado por Foster (2015), refere-se ao distanciamento entre os ciclos naturais e os processos produtivos capitalistas, especialmente visível na separação entre campo e cidade, que impede o retorno dos nutrientes ao solo, provocando degradação ecológica.

Marx identificou esse processo como inerente à lógica expansiva do capital, que subordina os ritmos naturais à acumulação incessante de valor. Em manuscritos como os *Grundrisse* (1993) e em *O Capital* (2013), ele analisou o esgotamento do solo agrícola como manifestação concreta dessa ruptura. Conforme destaca Silva (2018), essas formulações não são elementos secundários, mas componentes centrais de uma crítica sistêmica ao modo de produção capitalista, na qual a natureza é vista não como exterior à economia, mas como seu fundamento material.

Nesse sentido, a crítica marxista à crise ecológica não se limita a denunciar os danos ambientais produzidos por determinados setores industriais ou políticas estatais, mas busca compreender os fundamentos sociais da devastação ambiental. A crítica ao produtivismo — muitas vezes atribuída de forma equivocada a Marx — é reelaborada por autores contemporâneos, como Foster (2015), que enfatiza que a valorização das forças produtivas em Marx deve ser interpretada historicamente e em conexão com a superação da forma-valor, e não como endosso ao crescimento ilimitado.

A partir dessa base, o ecosocialismo surge como uma tentativa de articular o legado do marxismo com as demandas da ecologia política. Löwy (2014) propõe que a superação da crise ambiental requer mais do que reformas dentro da ordem vigente: exige a transformação radical das relações sociais, econômicas e ecológicas. Para isso, é necessário construir uma nova racionalidade orientada pela centralidade da vida, da democracia radical e da justiça ambiental.

O ecossocialismo, portanto, não é apenas uma fusão conceitual, mas um projeto político que integra as lutas anticapitalistas com a defesa do meio ambiente.

As obras de Almeida (2015) e Mello et al. (2019) reiteram esse diagnóstico, apontando que a apropriação institucional de discursos ecológicos por parte do Estado ou do mercado, sem a transformação estrutural do modo de produção, tende a gerar simulacros de sustentabilidade. Termos como “capitalismo verde” ou “desenvolvimento sustentável” são criticados por servirem à legitimação de práticas que mantêm intocada a lógica da acumulação. A crítica marxista, ao contrário, exige o reconhecimento de que não há solução ecológica dentro dos marcos do capital.

A essa crítica somam-se contribuições importantes da educação ambiental crítica. Nunes e Freitas (2011) argumentam que a educação deve assumir um papel político de denúncia das contradições do sistema capitalista e de construção de práticas pedagógicas emancipatórias, que articulem as questões ambientais às desigualdades sociais e às formas de exploração do trabalho. Essa abordagem rejeita o viés moralista e individualizante de parte do discurso ambientalista, defendendo uma práxis coletiva e transformadora.

Freitas, Nunes e Néis (2012) reforçam essa perspectiva ao discutirem os limites do desenvolvimento sustentável como paradigma hegemônico. Segundo as autoras, esse modelo ignora as relações de poder que estruturam a sociedade capitalista e naturaliza a desigualdade como condição de possibilidade do desenvolvimento. A crítica marxista, por sua vez, revela que a insustentabilidade não é resultado de falhas técnicas ou de má gestão, mas consequência lógica do funcionamento do sistema de produção capitalista.

O reconhecimento da natureza como categoria histórica — e não como mero recurso — permite, segundo Foster (2015), repensar o papel do trabalho na mediação entre sociedade e ambiente. O trabalho, em sua forma alienada sob o capital, rompe os ciclos naturais, mas pode ser também instrumento de recomposição metabólica sob formas socialmente organizadas. Essa reconceitualização do trabalho é central para o projeto ecossocialista, que propõe a reapropriação coletiva dos meios de produção e a reorganização do metabolismo social com base em critérios ecológicos e democráticos.

Na literatura recente, essa abordagem é ampliada com base em estudos de caso. Medeiros (2024) analisa a transição verde da China sob a perspectiva das contradições entre discurso e prática, revelando que, apesar do uso retórico de conceitos como “civilização ecológica”, a política ambiental chinesa permanece atrelada à lógica do crescimento e à expansão de megaprojetos que intensificam a exploração dos recursos naturais. Esse cenário

demonstra como a instrumentalização de narrativas ecológicas pode ocultar dinâmicas capitalistas de exploração e acumulação.

Complementarmente, a análise de Fernandes, Ribeiro e Cardoso (2024) sobre a presença de microplásticos na China evidencia os impactos da industrialização acelerada e da fragilidade das políticas de mitigação ambiental. Embora se trate de um problema técnico em sua manifestação imediata, a crítica marxista permite compreender sua origem nas formas de produção e consumo que subordinam a natureza às necessidades do capital.

Na arena internacional, Moreira e Ribeiro (2016) observam que a atuação da China nas negociações climáticas reflete uma ambivalência estratégica: o país busca se afirmar como líder da transição energética, mas sem romper com a lógica do capital. Essa postura ilustra a dificuldade de implementar uma transição ecológica genuína sem alterar as bases do sistema.

Portanto, o diálogo entre marxismo e ecologia constitui um campo teórico fértil e necessário para pensar alternativas à crise ambiental. A grande transição proposta por Foster (2015) exige uma ruptura com a lógica do capital e a construção de um novo metabolismo social baseado em justiça ecológica, igualdade social e democracia radical. Tal transição não se dará espontaneamente, mas dependerá da constituição de sujeitos históricos conscientes e organizados, capazes de articular lutas ambientais e sociais em um mesmo horizonte de transformação estrutural.

2.3 China: Capitalismo de Estado ou Socialismo de Mercado?

A evolução do modelo chinês nos últimos decênios desafia a dicotomia entre capitalismo e socialismo. A partir de uma perspectiva eco-marxista, é essencial investigar até que ponto a China representa uma forma distinta — ou uma reestruturação — do capital, mantida sob o controle estatal.

Lyrio (2010) apresenta o Estado chinês como coordenação central de toda a acumulação, direcionando infraestrutura, GVCs (cadeias globais de valor) e financiamentos estatais. A iniciativa *Belt & Road*, por exemplo, é sustentada por instituições financeiras estatais, demonstrando como a Rota da Seda funciona como ferramenta de acumulação internacional (Mendonça et al., 2021). Mesmo com aparente autonomia, o Estado age para intensificar, não para romper, a lógica capitalista.

O socialismo de mercado, termo cunhado nas reformas de 1978, foi pensado como fusão entre iniciativa privada e planejamento. Souza (2018) revela que, apesar da presença estatal, há

forte inserção do mercado e liberalização parcial das estatais. Essa fórmula é apresentada como alternativa ao liberalismo, mas permanece alinhada com os objetivos de exportação e acumulação capitalista.

Jabbour (2012) e Jabbour & Gabriele (2021) afirmam que o modelo pretende ser um "socialismo com características chinesas": política centralizada, economia mista, controle do partido sobre setores estratégicos e abertura ao capital estrangeiro (IED). Todavia, não ocorre desmercantilização da natureza ou democratização radical das decisões econômicas — elementos essenciais ao socialismo ecológico.

Muchalak et al. (2020) apresentam uma tipologia entre a narrativa oficial do socialismo de mercado chinês e o quadro real de capitalismo de Estado: controle centralizado do Estado aliado às regras do mercado capitalista, sem horizontes de transformação estrutural. Esse modelo explica melhor a dinâmica chinesa real, fornecendo base para uma crítica marxista.

O impacto sobre o trabalho reflete essa configuração. Segundo Bispo Neto & Lima Félix (2022), reformas e privatizações parciais provocaram desemprego estrutural, migração rural-urbana e precarização das relações laborais. Embora o Estado ainda intervenha, a mecanização e racionalização industrial intensificam a competição e o desvalorização salarial.

No campo ambiental, aparecem os mesmos paradoxos. Campos (2021) destaca que a China avança tanto em energias limpas quanto em usinas nucleares e termelétricas de carvão. Em 2024, o país rompeu seu recorde na construção de usinas a carvão, com mais de 94 GW em expansão — um retrato claro de que a retórica ecológica estatal convive com reforço das bases da acumulação (Patel, 2025).

Apesar de anunciar neutralidade climática até 2060, a prática chinesa revela prioridades econômicas acima dos compromissos ambientais — um padrão típico do capitalismo de Estado, não de um socialismo ecológico genuíno. Notícias recentes mostram que o país é hoje o maior emissor global, embora tenha reduzido emissões relativas graças às renováveis — outro avanço parcial (Lin, 2025).

Esse quadro aponta que a presença estatal não garante desmercantilização da natureza. Foster (2015) e Löwy (2014) argumentam que o ecossocialismo exige um metabolismo social plenamente democrático, com controle popular e subordinação da produção às necessidades da vida. A China, no entanto, ainda não é plenamente capaz de promover participação cidadã nessas decisões, mantendo controle autoritário e prioridades produtivistas.

Além disso, a presença internacional por meio da Rota da Seda legitima um tipo de extrativismo transnacional comandado pelo Estado. Mendonça et al. (2021) e Kotz (2018)

mostram que o capital chinês reproduz padrões neoextrativistas em países parceiros, expandindo a acumulação sem contrapartidas sociais ou ecológicas.

Portanto, a autodeclaração socialista da China se mostra insuficiente. O controle estatal é real, mas o núcleo do processo decisório ainda reside na lógica da acumulação capitalista. Sem controle laboral, distribuição ecológica da riqueza e democracia ambiental, não há ruptura — apenas uma reestruturação da hegemonia capitalista sob nova roupagem institucional.

Conclui-se que, pelo menos na seara ambiental, a experiência chinesa remanesce mais apropriadamente como capitalismo de Estado do que como socialismo ecológico ou socialista no sentido plenamente marxista. A presença do Estado não elimina a lógica do capital. Ao contrário, ainda a legitima, renovando-a e expandindo-a globalmente, mantendo desigualdades sociais e impactos ambientais.

3. Análise dos resultados e Discussões

Há um provérbio popular em inglês — oriundo da expressão alemã medieval “*das Kind mit dem Bade ausschütten*” — que alerta: “*don’t throw the baby out with the bathwater*” (“não jogue o bebê fora junto com a água do banho”) (Mieder, Hand, 1991). Esse ditado sugere que, em meio à crítica de erros ou excessos, não se deve eliminar o que efetivamente vale preservar. Analogamente, ao analisarmos a China contemporânea, não cabe desprezar os avanços ecológicos e sociais apenas por causa dos limites e contradições de seu modelo, nem enaltecer desmedidamente um “socialismo” sem ruptura real com o capital.

De fato, há conquistas notáveis. Segundo reportagem do *World Economic Forum* (Lin, 2025), a China experimentou, em 2024, uma queda em suas emissões anuais pela primeira vez — efeito da expansão acelerada de fontes renováveis como solar e eólica. Além disso, o governo chinês chegou a instalar mais de 300 GW de capacidade energética limpa, rivalizando com qualquer outra nação globalmente (Lin, 2025). Há também esforços significativos em reflorestamento: a campanha nacional de plantio de árvores, desde os anos 2000, já recuperou milhões de hectares degradados, contribuindo para aumento da biodiversidade e redução de erosão do solo. Projetos de captura de carbono e parcerias com organismos multilaterais sobre conservação também são iniciativas apreciáveis (Jones, 2016).

Por um lado, isso demonstra que um regime robusto permite mobilização estatal e resultados concretos em escala massiva. A capacidade de planejar e executar obras de infraestrutura verde, direcionar investimentos públicos para a transição energética, consolidar

acordos internacionais sobre florestamento, e inclusive subsidiar inovação tecnológica, deve ser resguardada como “o bebê” da sustentabilidade ecossocial na China.

Entretanto, se aceitarmos somente essa narrativa positiva, corremos o risco de subestimar as fragilidades e os impactos perversos que acompanham as medidas adotadas. Apesar de ter reduzido a aprovação de usinas a carvão em 2024, a China já autorizou 11,29 GW de novas centrais a carvão apenas no primeiro trimestre de 2025, um aumento em relação ao mesmo período de 2024 — revelam dados do Greenpeace East Asia citados pela Reuters (Howe, 2025). De modo geral, segundo análise do *Financial Times*, a China continua dependendo de grandes subsídios ao carvão, por meio de garantias de compra por parte de usinas estatais, que encobrem o custo real dos combustíveis fósseis (Shearer, 2024).

Embora segmente investimentos em renováveis, essa estratégia não elimina as térmicas convencionais — antes as complementa como reserva de segurança, gerando um quadro de “dupla trilha” energética que compromete metas climáticas e eficiência do sistema elétrico (Qin, Shearer, 2025). Os desafios técnicos e econômicos dessa configuração são amplamente discutidos por organizações ambientalistas e especialistas em energia.

Mais do que isso, relatos da imprensa internacional têm apontado que a poluição atmosférica em algumas áreas urbanas ainda atinge níveis nocivos, com índices de partículas PM2.5 acima dos recomendados pela OMS (Howe, 2024). Programas de monitoramento e restrição de tráfego têm mostrado efeito pontual, mas são contornados com medidas paliativas. Embora a tecnologia esteja disponível, a aplicação plena ainda esbarra em tensões entre o poder central e interesses locais (estaduais e industriais).

Há, também, desafios sociais importantes. A rápida descarbonização de alguns setores tem gerado desemprego em massa em regiões dependentes do carvão. Reportagens da *South China Morning Post* revelam aumentos no desemprego em províncias do Nordeste, onde usinas foram desativadas sem políticas robustas de transição de carreira ou renda — deixando populações vulneráveis à pobreza e à desmobilização política. Esse “efeito oculto” das políticas ecológicas coloca em xeque sua qualidade emancipatória.

Do ponto de vista do ecossocialismo, sustentado em autores como Löwy (2014) e Foster (2015), os critérios da sustentabilidade não se circunscrevem à mitigação de poluentes ou à eficiência energética. Mais do que isso, envolvem a transformação da relação sociedade/natureza em bases democráticas, justas e centradas na autonomia popular. Nessa ótica, a experiência chinesa ensina que:

1. **O papel do Estado é fundamental — mas insuficiente:** sem uma democracia ambiental, as decisões ecológicas podem perpetuar desigualdades. A presença do Estado, por si só, não garante a subordinação da produção aos critérios da vida, se não houver controle social e participação institucional dos trabalhadores e comunidades.
2. **Planejamento estrutural sem ruptura metabólica não basta:** reflorestamento e energia limpa são avanços, mas se se mantém simultaneamente a lógica capitalista do acúmulo e da exportação, permanece intacta a estrutura que causa destruição ambiental, como evidencia a continuação da produção de carvão.
3. **Transição energética requer justiça no trabalho:** políticas de descarbonização precisam estar articuladas a políticas sociais — emprego, renda, formação técnica — para evitar que o “preço social da ecologia” recaia sobre os mais vulneráveis.
4. **Extrativismo global exige justiça internacional:** a expansão da Rota da Seda mobiliza infraestrutura e recursos em países do Sul global, muitas vezes sem benefícios ambientais ou sociais para essas populações, replicando um padrão extrativista. O ecossocialismo só se concretiza se respeitar os direitos internacionais da natureza e da classe trabalhadora.

Esses aprendizados ressaltam que a China não representa o paradigma final da transição ecossocial, mas sim uma versão remanescente institucionalizada do capitalismo de Estado. Ainda assim, os resultados obtidos não podem ser desconsiderados — merecem ser analisados criticamente e, em muitos casos, adaptados ou contextualizados em sociedades democráticas.

Para ilustrar, isso exige que:

- Medidas verdes sejam vinculadas a conselhos populares e instâncias sindicais nos setores impactados (mineração, energia, transporte);
- Rebater narrativas tecnocráticas que tratam a natureza como capital abstrato e impessoal — a China oferece lições sobre escala, mas precisa abrir espaço à contradição democrática;
- Compreender que sustentabilidade não é hipótese de neutralidade política: suas metodologias devem ser articuladas a planos de trabalho decente, diversidade territorial, inclusão de gênero e visões interculturais da relação com a natureza.

Em última análise, a analogia do bebê e da água lembra que cientistas e movimentos críticos não podem rejeitar os avanços chineses — energia solar, reflorestamento, redução relativa de emissões — junto às estruturas de dominação, nas quais estão inscritos. Tampouco

se pode venerar a “China verde” como modelo sem considerar sua inserção no capitalismo global.

O aprendizado ecossocial que extrai-se da China, portanto, deve ser uma síntese crítica: usar a força e o potencial estatal como meios, não fins; requerer rompimento com a lógica da acumulação e inclusão na agenda das elites da centralidade do trabalho e da democracia ambiental.

Dessa forma, a experiência chinesa é ao mesmo tempo um alerta — de que transição verde sem justa distribuição social reproduz injustiça — e um referencial estratégico — de que o Estado pode ser instrumento de escala, contanto que esteja sob controle social. Para o ecossocialismo, esse é um ponto crítico de partida na busca por uma “grande transição” globalmente sustentável e equitativa.

4.Considerações finais

A presente análise buscou compreender as contradições, limites e aprendizados contidos na proposta chinesa de “civilização ecológica” à luz da crítica ecossocialista marxista. Partindo da premissa de que não basta enunciar compromissos ambientais sem romper com a lógica estrutural do capital, constatou-se que o modelo ambiental da China — embora repleto de avanços tecnológicos e políticas ambiciosas — não opera uma transição emancipatória efetiva, tampouco realiza a subordinação plena da economia às necessidades da vida.

Como discutido, a centralidade do Estado chinês viabilizou projetos massivos de reflorestamento, expansão energética limpa e programas de controle de emissões. Essas ações, analisadas sem reducionismos, representam contribuições concretas à mitigação das mudanças climáticas e à modernização ecológica em larga escala. No entanto, sua coexistência com o subsídio ao carvão, a repressão à organização operária e a manutenção de desigualdades territoriais expõe os limites de uma política que visa estabilizar — e não superar — o metabolismo social capitalista.

A partir do referencial crítico de autores como Löwy (2021) e Foster (2015), evidenciou-se que o ecossocialismo não pode ser reduzido a eficiência técnica ou expansão de energias renováveis. Ele pressupõe uma nova racionalidade socioambiental, baseada na participação democrática, justiça social, descentralização da tomada de decisões e na ruptura com o produtivismo. Nesse horizonte, a experiência chinesa configura-se como um campo híbrido: ao

mesmo tempo em que oferece pistas de caminhos possíveis, também alerta para os perigos da instrumentalização tecnocrática da sustentabilidade.

Respondendo à pergunta norteadora do artigo — se o ecossocialismo chinês representa uma alternativa emancipadora ou uma nova hegemonia capitalista —, a resposta aponta para a segunda hipótese. Trata-se de um modelo que, apesar de mobilizar categorias marxistas no plano discursivo, ainda está enraizado em estruturas de poder hierárquico, autoritarismo político e prioridade ao crescimento econômico. Como tal, carece das mediações democráticas e populares que poderiam converter sua força produtiva em uma verdadeira transição ecológica.

O desafio que se impõe aos movimentos críticos e às teorias emancipadoras não é ignorar os avanços chineses, mas sim analisá-los sob prisma dialético: preservando suas conquistas (“o bebê”), mas questionando suas bases estruturais (“a água suja do banho”). O ecossocialismo, se pretende ser mais que um adjetivo estatal, deve constituir-se como projeto de transformação radical — e a China, nesse percurso, oferece mais lições a problematizar do que respostas a seguir.

5. Referências bibliográficas

Almeida, J. P. de. (2015). *Ecossocialismo e a contribuição de seu ideário político: o Manifesto Ecossocialista Internacional*. *Diálogos (Maringá Online)*, 19(2), 798–811. <https://doi.org/10.4025/dialogos.v19i2.9828>

China. (2018). *Constitution of the People's Republic of China*. The National People's Congress of the People's Republic of China. http://www.npc.gov.cn/zgrdw/englishnpc/Constitution/node_2825.htm

Foster, J. B. (2015). *Marxismo e ecologia: fontes comuns de uma Grande Transição*. *Lutas Sociais*, 19(35), 80–97. <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/26680>

Freitas, R. C. M., Nunes, L. S., & Néis, C. M. (2012). A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. *Revista Katálisis*, 15(1), 43–51. <https://www.scielo.br/j/rk/a/NLZZZWfwtHXHYMMPKz5YtQB/?format=pdf&lang=pt>

Gonçalves, L. G., & Matias, M. V. F. (2020). China: socialismo de mercado, relações internacionais e meio ambiente. *Revista Geosul*, 35(75), 23–52. <https://dptgeociencias.paginas.ufsc.br/files/2021/03/CHINA-SOCIALISMO-DE-MERCADO-RELA%C3%87%C3%95ES-INTERNACIONAIS-E.pdf>

Howe, C. (2024, April 30). China misses air quality goals as economy takes priority, report says. *Reuters*. <https://www.reuters.com/business/environment/china-misses-air-quality-goals-economy-takes-priority-report-says-2024-04-30/>

Howe, C. (2025, June 5). China's approvals of coal power plants grow after 2024 decline. *Reuters*. <https://www.reuters.com/sustainability/boards-policy-regulation/chinas-approvals-coal-power-plants-grow-after-2024-decline-2025-06-05/>

Jabbour, E. (2012). *China hoje: Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado* (Apresentação de A. Mamigonian; Prefácio de D. Losurdo). João Pessoa, PB: Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB).

Jabbour, E., & Gabriele, A. (2021). *China: o socialismo do século XXI*. São Paulo, SP: Boitempo.

Jones, B. (2016, September 27). China's reforestation program a letdown for wildlife, study finds. *Mongabay*. <https://news.mongabay.com/2016/09/chinas-reforestation-program-a-letdown-for-wildlife-study-finds/>

Junior, H. M. (2025). China além do “Made in China”: o papel do Estado, contradições e desafios na era pós-reformas. *Revista de Ciência e Técnica Pública*, 9(1), 107–128. <https://orcid.org/0000-0006-7495-2874>

Lin, E. Y. (2025, June 19). Clean energy has caused China's emissions to drop for the first time, but will they keep falling? *World Economic Forum*. <https://www.weforum.org/stories/2025/06/clean-energy-china-emissions-peak/>

Löwy, M. (2014). *O que é o ecossocialismo?* São Paulo: Cortez.

Löwy, M. (2021). Ecossocialismo: o que é, por que precisamos dele, como chegar lá. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 13(2), 471–482. <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.45816>

Löwy, M. (s.d.). *Marx e ecossocialismo*. Marxismo 21. <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2021/03/Marx-e-ecossocialismo-M-Lowy.pdf>

Lyrio, M. C. (2010). *A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos*. Brasília: FUNAG.

Marx, K. (1993). *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy (Rough Draft)*. London: Penguin Classics.

Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política* (Vol. 1). São Paulo: Boitempo.

Medeiros, C. A. (2024). *A China Verde e os possíveis impactos para o comércio sino-brasileiro* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro]. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br>

Mello, D., et al. (2019). Ecossocialismo – reflexões sobre o conceito a partir da obra “O que é Ecossocialismo?” de Michel Löwy. *Revista Desafios*, 6(1), 61–71. <https://doi.org/10.20873/uft.2359365220196p61>

Mieder, W., & Hand, W. D. (1991). “(Don’t) Throw the baby out with the bath water”: The Americanization of a German proverb and proverbial expression. *Western Folklore*, 50(4), 361–400. <https://www.jstor.org/stable/1499676>

Muchalak, G. N., et al. (2020). Socialismo ou capitalismo: o que a China tem a nos dizer? *Ideias*, 10(1), 1–17. <https://doi.org/10.20396/ideias.v10i0.8656198>

Nunes, L. S., & Freitas, R. C. M. (2011). A contribuição do pensamento de Karl Marx para se (re)pensar a educação ambiental. In *Anais do VI Encontro Pesquisa em Educação Ambiental* (pp. 1–12). <http://www.epea.tmp.br/viepea/files/epea2011.webnode.com.br/200000133-2d5b52e54a/epea2011-0139-1.pdf>

Patel, A. (2025, February 13). China’s construction of new coal-power plants ‘reached 10-year high’ in 2024. *Carbon Brief*. <https://www.carbonbrief.org/chinas-construction-of-new-coal-power-plants-reached-10-year-high-in-2024/>

Qin, Q., & Shearer, C. (2025, February 13). *When coal won’t step aside: The challenge of scaling clean energy in China*. Centre for Research on Energy and Clean Air & Global Energy Monitor. <https://energyandcleanair.org/publication/when-coal-wont-step-aside-the-challenge-of-scaling-clean-energy-in-china/>

Santos Júnior, J. M. dos, Andrade, F. G. de, & Nepomuceno, N. A. S. (2020). Metodologias aplicadas na educação ambiental: uma análise bibliométrica. In *Anais do Congresso Nacional de Educação – CONEDU* (7ª ed.). https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA14_ID4835_30082020225239.pdf

Santos Neto, A. B. do, & Félix, T. L. L. (2022). China capitalista e intensificação do desemprego mundial. *Serviço Social em Perspectiva*, 6(2), 290–306. <https://doi.org/10.46551/rsap202233>

Shearer, C. (2024, July 3). Letter: Subsidies hide real price countries pay for continued coal use. *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/71a5363e-c4b1-49b3-8e15-e14f20bbe1d5>

Silva, M. B. O. da. (2018). Marx, produtivista ou precursor da ecologia? A sempre renovada questão. *Direito & Praxis*, 9(3), 1215–1232. <https://www.scielo.br/j/rdp/a/Vtvfz8vPLMdDBQKL6QqKqHh/?format=pdf&lang=pt>

Souza, R. (2018). *Estado e capital na China* (1ª ed.). Salvador: EDUFBA.

Von Liebig, J. (1840). *Organic Chemistry in Its Application to Agriculture and Physiology*. London: Taylor and Walton.

Xue, Y. (2023, October 10). China and India to bear the brunt with half a million coal workers facing job cuts globally by 2035. *South China Morning Post*. <https://www.scmp.com/business/china-business/article/3237349/climate-change-china-india-bear-brunt-half-million-coal-workers-facing-job-cuts-globally-2035-due>